

A REGIÃO CENTRO-OESTE NO CONTEXTO SUL-AMERICANO: UMA VISÃO GEOECONÔMICA¹

Prof. Dr. Claudio Antonio Gonçalves Egler²

O Centro–Oeste tem uma importância decisiva no processo de integração sul–americano. Nesta apresentação vamos interpretar esse papel em dois aspectos, a saber: a partir de uma leitura na escala sul-americana e utilizando uma visão geoeconômica.

Frequentemente, a noção de geoeconomia é considerada como uma categoria destinada a esvaziar o conteúdo da geografia econômica. Entretanto, a geografia econômica e a geoeconomia são complementares, como também o são a geografia política e a geopolítica. A geoeconomia é uma atribuição profissional do geógrafo, considerando sua aplicação à gestão do território.

Na UFRJ, em conjunto com a professora Bertha Becker - a quem devo boa parte de minha formação acadêmica e profissional, criamos, em 1987, o Laboratório de Gestão do Território (LAGET). Boa parte do debate que vou apresentar aqui sobre as relações entre geoeconomia e geopolítica tem origem nas discussões tivemos neste laboratório. De um modo ou de outro, há uma contribuição importante que vem deste núcleo de pensamento e ação em geografia.

A professora Bertha Becker é essencialmente uma pensadora em geopolítica, especialmente da Amazônia. De certa maneira sempre atuei alimentando o debate pela via da geoeconomia. Em síntese, nossa ‘práxis’ foi essencialmente estabelecida

¹ Transcrição e edição da palestra, intitulada: “A Região Centro-Oeste no contexto sul-americano: uma visão Geoeconômica”, proferida durante a realização do “**III Fórum Regional de Programas de Pós Graduação em Geografia do Centro-Oeste e Triângulo Mineiro**”, em Três Lagoas (MS), no período de 26 a 28 de Setembro 2012. Trabalho este feito por Everton Luiz Ribeiro e Rosemeire A de Almeida, e revisado pelo autor para publicação.

² Professor visitante nacional sênior na Universidade Federal da Grande Dourados.

através do diálogo entre a geoeconomia e a geopolítica. Este diálogo é fundamental para compreender o que se passa no mundo contemporâneo, pois esses campos de ação e reflexão espacial estão profundamente imbricados nos processos econômicos, sociais e políticos.

Em geografia esse posicionamento está consolidado, a exemplo dos trabalhos recentes de David Harvey. Esse autor quando analisa as dimensões atuais do imperialismo discute as relações entre processos geoeconômicos e processos geopolíticos. Para Harvey (2003), o capitalista atua no espaço geoeconômico, que é um espaço-tempo contínuo. O capitalista busca vencer as fronteiras, pois para o grande capital o melhor dos mundos é o mundo globalizado, sem fronteiras que impeçam a mobilidade dos investimentos e a circulação dos lucros. De outro lado, os políticos, de um modo ou de outro, atuam em territórios delimitados, isto é, em espaços circunscritos e fragmentados e em tempos discretos (períodos). Desta forma, há diferenças nos processos espaciais resultantes destas duas maneiras de atuar, enquanto agentes sociais e detentores de poder no mundo atual. Mas isso não quer dizer que estes agentes estão competindo de forma antagônica, ao contrário, são processos complementares.

Um economista austríaco do início do século XX, Rudolf Hilferding em seu livro clássico sobre o Capitalismo Financeiro (Hilferding, 1910) afirmava que ao mesmo tempo que o espaço econômico mundial cresce, no sentido de expandir-se e romper com seus limites naturais, de outro lado, fragmenta-se cada vez mais em territórios econômicos, fechados e controlados por estruturas sociais que buscam manter os concorrentes à distância e exercem o controle sobre o território sobre o qual têm jurisdição.

Uma visão contemporânea dessas duas lógicas foi descrita por um cientista social que tem várias obras publicadas sobre o capitalismo no século XX, Giovanni Arrighi. Esse autor mostra de forma muito clara que há duas concepções e duas formas distintas de atuar no exercício do poder no espaço. De um lado os governantes, chamados, territorialistas, que buscam adquirir territórios com a finalidade de aumentar a riqueza. De outro, os governantes capitalistas atuam de forma diferente, pois buscam controlar os recursos escassos, os quais todos necessitamos, com a finalidade de exercer o poder, e com isso o controle do território é uma lógica secundária para eles (Arrighi, 1994). Desses ensinamentos é importante extrairmos o seguinte: de um lado, acumular riqueza, seja ela na forma de riqueza natural ou monetária, não é a mesma coisa que buscar renda, logo a melhor forma de riqueza para os capitalistas é aquela que produz rendimentos crescentes. A compreensão dessas lógicas distintas permite apreender a relação entre aqueles que pensam em espaço como controle dos lugares e aqueles que raciocinam espacialmente na melhor forma de obter maiores rendimentos.

Outro autor atual, bastante conhecido entre nós, é Neil Smith³, cujo livro “Desenvolvimento Desigual” - é muito utilizado pelos professores de geografia econômica. Em artigo recente, ele tipifica a relação entre geoeconomia e geopolítica, destacando domínios importantes da geoeconomia do mundo atual no que diz respeito aos fluxos de capital em escala mundial e como incidem diretamente sobre a segurança territorial (Cowen & Smith, 2009).

³ Neil Smith faleceu prematuramente logo após a realização dessa conferência. Não podemos deixar de lamentar a perda de sua visão crítica e consciente para o campo da Geografia Econômica.

É uma relação muito complexa, porque se tomarmos o período posterior ao onze de setembro de 2001, com o ataque às torres gêmeas, a mobilidade das pessoas foi reduzida em escala global, com o rigoroso controle nos aeroportos. Esta é uma lógica geopolítica territorial típica, mas, por outro lado, o que é interessante é que nesse mesmo período disparou o comércio mundial de mercadorias e 90% das trocas globais é feita através dos portos, e as autoridades desses portos são resistentes a qualquer tipo de controle mais rigoroso. São grandes as resistências contra o controle extremado, como é feito em aeroportos, porque – dentre outros motivos, a maior cadeia mundial de supermercados, o Wall Mart, depende diretamente da circulação portuária e forma um dos *lobbies* mais influentes para impedir um controle mais efetivo sobre os portos. Assim, portos, terminais e zonas francas são fundamentais para a lógica geoeconômica dos fluxos supranacionais.

Outro problema muito sério do ponto de vista geoeconômico é o efeito da lógica de mercado sobre a segurança social. E quando falo sobre segurança social, penso no trabalhador espanhol, no grego, no português que até cerca de dois anos atrás acreditava que seus direitos trabalhistas, sua aposentadoria, o acesso à saúde pública, ao transporte coletivo estavam garantidos por normas sociais invioláveis. Todos esperavam que esses direitos estivessem garantidos para toda a vida e que seus filhos também os teriam. Hoje, entretanto, isso não acontece mais, pois não há emprego, garantia de apoio social e o sistema de saúde e de apoio aos desempregados está cada vez mais fechado e excludente.

No que concerne à lógica de mercado, estamos cada vez mais inseguros do ponto de vista social, e ninguém pense que isso não pode atingir a esse país tropical e “abençoado por Deus” em que vivemos. Aparentemente navegamos com bons

“ventos de popa”, empurrando a caravela brasileira para adiante, a despeito das turbulências na economia global. Entretanto, Portugal, ou melhor, os portugueses, também acreditavam nisso há cinco anos, que estariam seguros e garantidos no contexto europeu.

Em síntese, cada vez mais os Estados nacionais estão se re-significando no sentido de incorporar a lógica privada. E o discurso da austeridade que hoje dita as regras no mundo capitalista é um exemplo disso. A essência do discurso está na falácia de que a queda dos fluxos nos rendimentos privados ocorreu em função da elevação dos custos sociais. Se oculta que empréstimos sem garantias, arriscados - chamados pelo jargão financeiro de tóxicos, foram feitos pelos grandes bancos internacionais, empréstimos que foram em grande parte cobertos com recursos públicos dos Estados nacionais. Esses mesmos Estados que no passado eram os grandes credores, e possuíam poder de fogo para negociar com empresas financeiras e que hoje encontram-se dependentes da rolagem de suas dívidas soberanas, submetidas ao controle voraz dos grandes bancos. Não há dúvidas de que vivemos um momento delicado para os movimentos sociais na Europa.

Ainda pensando em temas atuais, quero trazer outra questão em que a geoeconomia tem muito a contribuir, desde que a posicionemos como uma das ciências que procuram interpretar a dinâmica dos sistemas globais. A questão se coloca nos quadros da necessária transição para uma economia de baixo carbono.

Este é um desafio inadiável, principalmente nos países que são os maiores consumidores de hidrocarbonetos, como carvão mineral, petróleo e gás natural. No caso brasileiro, temos que avaliar com muito cuidado o que representa o avanço da prospecção e exploração dos recursos energéticos na camada pré-sal.

Quais serão os efeitos de longo prazo do investimento pesado que faremos para viabilizar a exploração do carbono que está em águas ultra-profundas e a cerca de 300 km da costa? Quais serão os efeitos dessa pesada inversão sobre o futuro e as próximas gerações? Logo, o instrumental da geoeconomia passou a ser muito importante para pensarmos de modo prospectivo sobre o que acontecerá nas próximas décadas.

Sintetizando essas ideias podemos pensar que vivemos um momento que podemos definir sinteticamente como o fim da era da “estabilidade” que acreditávamos estar vivendo para sempre. Entretanto, como já havia sido indicado pro Karl Marx, tudo que é sólido se desmancha no ar. A primeira das certezas que se tornou imprevisível é aquela ligada ao sistema climático, cada vez mais somos surpreendidos por secas, ou chuvas torrenciais. É o que chamamos de eventos meteorológicos extremos. Pessoalmente tenho investigado os eventos ligados à elevação do nível do mar, que vão afetar diretamente a zona costeira brasileira. Há evidências de que a elevação de 20 centímetros no nível do mar fará com que os eventos extremos que ocorriam de dez em dez anos, passem a acontecer todos os anos. E se considerarmos uma das perspectivas mais otimistas consideradas no Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, conhecido pela sigla IPCC em inglês, uma elevação de 50 centímetros fará com que os eventos que ocorrem a cada século passem a ocorrer com frequência anual. Ou seja, temos que nos acostumar com a ideia de que o sistema climático global está ficando cada vez mais instável, e por isso, muito mais imprevisível.

Outro sistema global que esta cada vez mais instável é o sistema que regula a circulação financeira mundial. Sem dúvida, tem sido mais complexo controlar isso

porque o capital circula em praticamente toda a superfície da Terra e tem um fluxo de operações contínuo, seja durante o dia ou a noite. Ele se nutre das flutuações nas bolsas de mercadorias e de títulos mobiliários., Especula-se com o que quer que seja: moradias, *commodities* e com qualquer tipo de títulos e moedas, tudo que possa ser comprado ou vendido é objeto da especulação financeira global. E isso evidentemente produz instabilidade.

Não podemos esquecer-nos de citar nossa inserção preferencial nas cadeias de *commodities*, que flutuam muito e por isso são bastante instáveis. Por exemplo: este é um ano muito ruim para o minério de ferro, considerando que o ano passado a Vale do Rio Doce teve lucros extraordinários, mas em 2012 já acumula alguns prejuízos. Ano passado para a soja não foi um período muito bom, mas agora a soja e milho terão ganhos excepcionais porque a safra dos EUA está quebrada em função das secas que assolaram o Meio-Oeste e estão importando milho até para produzir etanol. Então, isso mostra como o sistema é complexo. A entrada cada vez maior de divisas em certos setores indica onde devemos estar investindo e onde deixamos de investir, e esses setores estão ligados à atividade industrial. Este é um processo que a professora Lisandra Lamoso, de Dourados, está trabalhando, chamado de (des)industrialização. E temos que nos acostumar que esse processo está acontecendo na América do Sul como um todo.

Vivemos tempos de transição, ou seja, as coisas estão de uma forma ou outra mudando, seja positivamente ou negativamente. Mas não sabemos exatamente qual será o resultado final da mudança. Temos que compreender que a transição é um processo que está ocorrendo e nós, como integrantes da nação brasileira, temos um papel muito importante na evolução desse processo. Temos que contribuir com

opções estratégicas que vão desvelar as correlações das forças políticas, econômicas e sociais, e isso será decisivo para o futuro dessa porção do Planeta.

Quando penso em América do Sul, vejo a divisão em duas áreas geoeconômicas: uma é o Arco Andino e Caribenho e a outra é o Cone Sul, no qual se inclui o Brasil, que possui um papel importante nesse conjunto como um todo. O Brasil, na parte norte, tem o coração florestal da Amazônia, este “coração” está relativamente intocado e se apresenta como uma extensa superfície florestada. Porém, como sabemos, em 2012 houve uma retomada no desflorestamento. Para avaliar as consequências, podemos citar a professora Cleusa Zamparoni da UFMT, aqui presente, com quem trabalhamos na Pré-Amazônia Mato-grossense, uma área de transição entre os cerrados e a floresta úmida. Nessa área incide diretamente o impacto dessa deflorestação, em grande parte devido à expansão da pecuária..

Temos que construir uma concepção em que o Centro-Oeste Brasileiro seja visto como integrante de um sistema geoeconômico sul-americano. Nesse contexto vamos perceber que o agronegócio está assentado em várias regiões da América do Sul, seja na Argentina, no Brasil ou no Paraguai. Estes países são grandes exportadores de soja, e a soja foi gradativamente expulsando todas as outras culturas. No Brasil ainda possuímos outras culturas importantes além da soja, como a cana de açúcar, o algodão e o milho – que formam a base do agronegócio brasileiro. Com exceção da cana de açúcar, o Centro-Oeste é a região que concentra a maior extensão da área plantada e a maior produção dessas *commodities* agrícolas.

Temos também outra grande questão que devemos trabalhar na escala sul-americana. Trata-se do espaço dedicado à pecuária bovina, que se estende desde

o extremo norte da Patagônia até o extremo sul da Amazônia. De um modo ou de outro, há uma identidade que unifica essas vastas extensões, que é a da sociedade pastoril, magistralmente descrita na obra do Nelson Werneck Sodré sobre o Oeste (Sodré, 1941), onde mostra que o território em que estamos pisando nesse exato momento foi moldado com base em uma economia extrativa e pastoril e isso não é algo específico do Brasil, pois foi construído pela circulação de mercadorias e pessoas para muito além de nossas fronteiras. Obrigado.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ARRIGHI, G. The Long Twentieth Century: Money, Power and the Origins of our Times. London: Verso, 1994, (Trad. Portuguesa. O Longo Século XX. Dinheiro, Poder e as Origens do Nosso Tempo. Rio de Janeiro/São Paulo: Contraponto/Ed. da UNESP, 1996).
- COWEN, D.; SMITH, N. After Geopolitics? From the Geopolitical Social to Geoeconomics. Antipode, v. 41, n. 1, p. 22–48, 2009.
- HARVEY, D. The New Imperialism. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- HILFERDING, R. Das Finanzkapital. Eine Studie über die jüngste Entwicklung des Kapitalismus. Vienna: Wiener Volksbuchhandlung, 1910 (Trad. Portuguesa. O Capital Financeiro. Um estudo sobre a evolução recente do capitalismo, São Paulo: Nova Cultural, 1985).
- Sodré, Nelson W. Oeste - Ensaio sobre a Grande Propriedade Pastoril. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1941.